



CONCEITOS DE CULTURA E SUAS ABORDAGENS: O DESAFIO DA EXISTÊNCIA HUMANA

Isadora Cristinny Vieira de Moraes [*]; Marlene Barbosa de Freitas Reis [**]

O presente estudo apresenta uma investigação sobre os conceitos de cultura mediante perspectivas diversas. A questão problema que deu origem à pesquisa foi: em que medida abordagens lançadas sobre o conceito de cultura podem nos auxiliar na compreensão de nossas relações como sociedade e nossa constituição humana? À vista disso investigamos cultura sob perspectivas teóricas da antropologia, sociologia, história, literária e pedagógica, a fim de identificar aspectos partícipes de nossa construção social diante de pontos convergentes e divergentes entre tais teorias. Do ponto de vista metodológico, o estudo configura-se em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória. Para tanto, autores como Mello (2009), Geertz (2008), Eagleton (2011), Certeau (1995), Laraia (2001) e Bauman (2012) foram basilares para o desenvolvimento das reflexões propostas. Os resultados nos levaram a compreender que cultura se refere à constituição da própria identidade cultural e do sentido de humanidade. A reflexão conceitual sobre cultura, constituição humana e educação compõe questionamentos que tocam o cerne de nossas ações e a representatividade delas na construção de realidades. Sendo assim, encaramos cultura e educação como fenômenos fundantes dessa existência essencial e atitudinal.

Palavras-chave: Cultura. Constituição humana. Existência.

CONCEPTS OF CULTURE AND ITS APPROACHES: THE CHALLENGE OF HUMAN EXISTENCE

ABSTRACT

This study presents an investigation into the concepts of culture from different perspectives. The question that gave rise to the research was: to what extent can the approaches launched on the concept of culture help us in understanding our relationships as a society and our human constitution? In view of this, we investigated culture from theoretical perspectives of anthropology, sociology, history, literature and pedagogy, in order to identify participatory aspects of our social construction in the face of convergent and divergent points between such theories. From the methodological point of view, the study is a qualitative, bibliographical, exploratory research. Therefore, authors such as Mello (2009), Geertz (2008), Eagleton (2011), Certeau (1995), Laraia (2001) and Bauman (2012) were essential for the development of the proposed reflections. The results led us to understand that culture refers to the constitution of one's own cultural identity and the sense of humanity. The conceptual reflection on culture, human constitution and education composes questions that touch the core of our actions and



their representativeness in the construction of realities. Therefore, we face culture and education as founding phenomena of this essential and attitudinal existence.

Keywords: Culture. Human constitution. Existence.

CONCEPTOS DE CULTURA Y SUS ENFOQUES: EL DESAFÍO DE LA EXISTENCIA HUMANA

RESUMEN

Este estudio presenta una investigación sobre los conceptos de cultura desde diferentes perspectivas. La pregunta problema que dio origen a la investigación fue: ¿en qué medida los enfoques lanzados sobre el concepto de cultura pueden ayudarnos a comprender nuestras relaciones como sociedad y nuestra constitución humana? Ante ello, investigamos la cultura desde perspectivas teóricas de la antropología, la sociología, la historia, la literatura y la pedagogía, con el fin de identificar aspectos participativos de nuestra construcción social frente a puntos convergentes y divergentes entre dichas teorías. Desde el punto de vista metodológico, el estudio es una investigación cualitativa, bibliográfica, exploratoria. Por ello, autores como Mello (2009), Geertz (2008), Eagleton (2011), Certeau (1995), Laraia (2001) y Bauman (2012) fueron fundamentales para el desarrollo de las reflexiones propuestas. Los resultados nos llevaron a comprender que la cultura se refiere a la constitución de la propia identidad cultural y el sentido de humanidad. La reflexión conceptual sobre cultura, constitución humana y educación compone interrogantes que tocan el núcleo de nuestras acciones y su representatividad en la construcción de realidades. Por tanto, vemos la cultura y la educación como fenómenos fundantes de esta existencia esencial y actitudinal.

Palabras clave: Cultura. Constitución humana. Existencia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De um lado, subjetividade, dinamicidade, formação humana, apropriação de humanidade, educação e direitos; de outro, estruturas sociais, desafios socioeconômicos, relações de poder, embates e superações. Esse é um dos grandes paradoxos da vida humana da antiguidade à atualidade, no qual as tensões entre o ser em relação a si mesmo e em relação ao todo social colocam em xeque questões existenciais que apontam aos fundamentos históricos da humanidade, da cultura e da educação nesse meio de conflitos.



Encontramo-nos em fase socioeconômica histórica desafiadora na realidade brasileira. A transição entre modernidade e pós-modernidade tem destacado princípios fundamentais que estão sendo ressignificados na vida em sociedade, entre semelhanças e diferenças. Frente a essa perspectiva capitalista de sociedade, cada vez mais individualista e capacitista, observamos que tais apropriações têm afetado grande parte dos parâmetros sociais e a organização de fenômenos como a educação, a valorização cultural, linguística, dentre outros. Dessa maneira, é necessário explorar como o conceito de cultura vem sendo abordado em diferentes áreas, a fim de possibilitar reflexão e investigação acerca de quais são as finalidades da sociedade atual, se estamos primando pelo bem estar social acima de valores econômicos ou estamos reproduzindo desigualdades. Essas indagações podem apontar, também, à real finalidade atribuída à educação na atualidade moderna e o sentido de ser em integralidade e humanização.

Nesse sentido, o problema principal a ser explorado neste estudo é: em que medida abordagens lançadas sobre o conceito de cultura podem nos auxiliar na compreensão de nossas relações como sociedade e de nossa constituição humana? À vista disso, pontuamos como objetivo geral analisar o conceito de cultura sob perspectivas teóricas da antropologia, sociologia, história, literária e pedagógica, a fim de identificar aspectos partícipes de nossa construção social diante de pontos convergentes e divergentes entre tais teorias.

Para tanto, valemo-nos dos estudos “Antropologia cultural”, de Mello (2009); “A interpretação das culturas”, de Geertz (2008); “A ideia de cultura”, de Eagleton (2011); “A cultura no plural”, de Certeau (1995); “Cultura”, de Laraia (2001); “Ensaio sobre o conceito de cultura”, de Bauman (2012). Tais obras ancoram concepções e abordagens ímpares para evidenciar os conceitos de cultura a fim de considerarmos suas particularidades, manifestações na vida em sociedade e como podem afetar a constituição do homem e sua humanidade.

Vale ressaltar que os autores basilares do presente estudo utilizam “cultura” e “culturas”, a fim de estabelecer relação de suas teorias com a forma de grafia dos termos. Neste estudo, referimo-nos à “cultura” de forma singular por estabelecermos uma discussão



que explora a diversidade do fenômeno; desse modo, apontamos ao termo de forma singular que possui conceituações e manifestações plurais.

Do ponto de vista metodológico, adotamos o desenvolvimento de um estudo qualitativo, bibliográfico com finalidade exploratória e reflexiva. Os procedimentos desenvolvidos foram a revisão de literatura, levantamento bibliográfico, aprofundamento e ampliação do levantamento, seleção de fontes, fichamentos, análise e interpretação (GIL, 2002).

A pesquisa bibliográfica realizada nos ancorou na defesa da relevância da investigação desenvolvida, da necessidade de pesquisas sobre o tema que transpassa a construção da educação e de uma sociedade mais inclusiva. A diversidade da existência humana constitui fator substancial à compreensão dos fenômenos sociais, como a educação, nos quais as diferenças são fatores de reflexões que ainda abalam questões estruturais e organizacionais num contexto geral de vida em sociedade. Perante a isso, propomos movimento de reflexão sobre o conceito de cultura, fenômeno este, que é parte e participe de nossa compreensão de ser plural e singular, de ser indivíduo e ser social.

SER, EXISTIR, PERTENCER E ESTAR COM: AFINAL, O QUE É CULTURA?

Tudo flui, nada continua nem persiste o mesmo; o ser não é mais que o 'vir-a-ser', é muito mais que estruturas e definições pré-estabelecidas: é o devir. Esse pensamento de Heráclito – filósofo pré-socrático de Éfeso – corrobora com a ideia de que a realidade, a humanidade, a sociedade, suas inúmeras relações e conceitos constituem constante exercício dinâmico, em permanente transformação de pensamento e do ser. O fluxo constante do movimento do pensamento, da ideia de existência, de sociedade e suas relações evidenciam o fato de que inúmeros aspectos do processo de humanização e constituição cultural nascem de relações de confronto. A exemplo disso, a saída do estado de natureza à humanização e constituição de cultura constitui amplo campo de discussão o qual, constantemente, coloca em xeque a construção histórica da ideia de homem, sua relação cultural e, conseqüentemente, educacional em todo esse processo.



Ao discutirmos os termos que permeiam e são permeados por construções paulatinas e infundáveis, estamos indagando toda a subjetividade e dinamicidade humana existente em tais construções conceituais. Assim como a consciência humana nascida de constantes confrontos intelectuais e sociais, a conceituação de cultura a ele diretamente correlacionado constitui um dos campos mais amplos, complexos e plurais das ciências humanas em geral. Afinal, o que é cultura? Muitos são os aspectos que a rodeiam, a caracterizam e a compõem, mas o que a conceitua?

Cultura pode ser entendida dentro de campos simbólicos amplos, de valores conceituais e atitudinais que resultam no modelar de certos parâmetros sociais e dos indivíduos nela abrangidos (MELLO, 2009). Em infundável relação de confronto e devir, podemos elencar aspectos comuns entre as mais diversas definições do termo cultura ao levarmos em consideração sua relação de constante confronto com o fenômeno humano de ser, existir, pertencer e estar com. Desse modo, é verossímil o fato de que desde a pré-história até a atualidade a humanidade constitui e possui cultura. Isto porque, a constituição de toda a sociedade – em aspecto coletivo – e sujeitos – em aspecto particular – envolve pensamentos e ações que as compõem, que as transformam e formam seres que vão além do natural, que vão ao intencional e humano.

Quando salientamos uma discussão que objetiva alcançar conceitos como o de cultura, lançamos mão de uma investigação que exponha o fenômeno cultural como criação coletiva, mas que inúmeras vezes ocorre de maneira, a priori, imperceptível que afeta diretamente o plural e o singular do ser. Para isso, consideramos os aspectos de desenvolvimento, formação e realização humana mais comuns nas conceituações por ora exploradas, entendendo os desafios ainda existentes quando investigamos construções fundamentadas nas diferenças, resultantes de relações de confronto.

No âmbito filosófico, cultura pode ser percebida como resposta ao desafio da existência humana. Razão, emoção e atitudes são resultantes de um processo e ciclo contínuo de formações e transformações culturais. Na contemporaneidade, vivemos a realidade de constantes crises – crises do sistema e organização socioeconômica, crises educacionais,



humanitárias e de identidades – mas podemos considerá-las como oportunidades de mudanças, de encarar a necessidade de transformação nas esferas social, humana e cultural para a edificação de uma sociedade que busque mais o ser em detrimento do ter, que preze pelo bem-estar do próximo ao respeitar suas especificidades e formas de existência.

Tendo em vista a tentativa de compreensão holística de cultura, tomemos seu conceito amparado em suas distintas definições, mas que possuem semelhanças ao observarmos aspectos como a tentativa de compreensão e sistematização da realidade para constituição do eu – singular e plural – produção e reprodução de fenômenos e formas de existência (SANTOS, 2006) como aspectos partilhados nas mais diversas teorias e correntes que se ocupam do conceito de cultura e suas manifestações.

Para isso, é relevante termos em mente que tentativas de conceituação cultural perpassam por racionalidades inferidas em cada realidade cultural, e, dessa maneira, potencializamos formas diversas de conceber a sociedade. A história da humanidade é marcada pela coexistência de diversas culturas.

Nessa perspectiva, levando em consideração a concepção antropológica dos fenômenos e experiências humanas, a cultura constitui um conjunto complexo de características que compõem o comportamento, as significações, os conhecimentos, leis e costumes, capacidades e hábitos, crenças e razões, linguagem, teorias e práticas construídas coletivamente que constituem o sujeito em relação à convivência em determinada realidade social e à forma de se entender como ser subjetivo. Cultura, então, compõe tarefa social desenvolvida ao longo dos milhares de anos de formas de existência humana, ao passo que constitui fenômeno individual e, ainda, compõe a construção social de significações.

A par dessas considerações, podemos apontar a cultura como origem individual, mas advindo, construído e transformado por um processo coletivo. Desse modo, Mello (2009) aponta que várias são as vertentes pelas quais a exploração conceitual de cultura e suas concepções possuem na antropologia; dentre elas estão a economia, a política, a religião, a arte, a linguagem e a comunicação, dentre outros.



Mediante as acepções da antropologia cultural é possível perceber que a subjetividade, o simbolismo e formas de compreensão da realidade são aspectos relevantes no que se refere à tentativa de conceituação do termo e fenômeno. Além dos elementos mais popularmente discutidos, ao refletirmos sobre cultura – tais como suas dualidades entre cultura objetiva/subjetiva, material/imaterial, real/ideal, dentre outros – o princípio simbólico da cultura deve ser investigado perante a exploração que leva em consideração sua formação e transformação históricas, relação com constituição de novos modos de ser e de novas comunidades relativas à sua característica social e dinâmica.

Sob esse entendimento, a cultura é simbólica por se referir aos significados conferidos aos fenômenos sociais; o que aponta a modos de atribuição de sentidos e seu partilhar, o que, conseqüentemente, envolve o fenômeno da comunicação. Segundo Mello (2009), a formação, continuação e transformação da cultura perpassam por processos sistematizados de símbolos e sinais, e são justamente esses aspectos que constituem a cultura como fenômeno social, transmitido – também – pela linguagem ou pelas necessidades comuns compartilhadas por um determinado grupo social.

Desse modo, observamos que do ponto de vista antropológico a comunicação é um importante aspecto da cultura. E, a comunicação tida como fenômeno social está diretamente relacionada à constituição e emersão da cultura, a qual afeta a construção de toda a sociedade e, conseqüentemente, dos sujeitos e suas formas de existência. Nessa conjuntura, a consciência, a cultura e a comunicação perpassam por apropriação da ideia de sociedade e humanidade, por nosso processo de humanização. Observamos, então, uma inter-relação direta entre os fenômenos da língua, comunicação, educação e cultura.

Ainda sob ponto de vista antropológico, Laraia (2001) discorre sobre o conceito de cultura tendo em vista que tal conceituação nos auxilia na busca pela compreensão do paradoxo entre a diversidade humana que partilha de unidade biológica. Segundo o autor, foi de acordo com a construção de parâmetros e “regras” que as primeiras sociedades e culturas foram sendo constituídas. Fundamentando-se na discussão acerca do percurso histórico de estudos e tentativas de definição do termo cultura, Laraia (2001) ratifica a tese do imanente e



contínuo processo de conceituação de cultura, justamente pela multiplicidade do debate que está diretamente ancorado na compreensão da natureza humana e sua constituição de humanidade.

Nesse ensejo, Laraia (2001) inicia sua apresentação conceitual com a contribuição da teoria do antropólogo Edward Taylor. Nessa abordagem, é possível perceber a cultura como conhecimentos, crenças, leis, costumes, entre outros aspectos que se referem às capacidades de realização humana. Laraia (2001) ratifica tal perspectiva apoiado pela teoria de John Locke ao explicitar que desde os primórdios da reflexão sobre homem e sociedade já havia tentativas de entender a mente humana em sua organização individual e social. Locke faz uma reflexão entre a ideia de tábula rasa e a relação entre o social para desenvolvimento do ser; assim, tal relação sustenta-se na cultura, naquilo que é parte e resultado de sua constituição.

Laraia (2001) faz um paralelo entre a evolução biológica do ser humano, do desenvolvimento cerebral em relação a aspectos culturais, os quais perpassam e ultrapassam tais questões biológicas. De acordo com o autor, um dos grandes paradoxos da existência humana diz respeito à explicação de sua unidade perante a diversidade cultural. Laraia (2001) atribui grande relevância e potencialidade aos processos educacionais e culturais, fundamentados na dinâmica entre saberes e práticas as quais corroboram para a forma de percepção e compreensão da realidade pelo homem – o que também é cultura.

Esse autor descreve fenômenos constituintes da cultura que convergem nas reflexões das teorias por ele apresentadas na tentativa de elucidar sua conceituação; sendo eles o seu aspecto simbólico – de natureza social e física –, sua sistematização, a qual lança mão do aspecto adaptativo, e sua composição ideológica. Desse modo, segundo Laraia (2001, p. 68) “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

Em consonância com o autor supracitado, Geertz (2008) discute o conceito de cultura ressaltando sua relação e importância com o desenvolvimento humano e seu processo de evolução. No entanto, Geertz (2008) dispõe de uma reflexão ainda mais radical e restrita



sobre o percurso de conceituação do termo e seus reflexos na evolução do homem. De acordo com o autor, devido à pluralização e ampliação das vertentes de tentativas de conceituação, a definição de cultura se tornou debilitada. Sendo assim, o autor defende um conceito mais centralizado e específico, o que, conseqüentemente, lhe daria consolidação teórica mais forte à sua perspectiva de relação com a vida e sua organização.

Geertz (2008) apresenta três principais aspectos que convergem e compõem o conceito de cultura. Segundo esse autor, a cultura é uma expressão da essência do próprio homem; nesse sentido, o primeiro ponto conceitual de cultura se refere ao seu caráter semiótico, de atribuição de sentido e significado do ser aos fenômenos materiais e imateriais de sua existência. A cultura, então, pode ser entendida como um conjunto de mecanismos de controle do comportamento o que, conseqüentemente, lança mão do terceiro aspecto de organização dos processos em âmbitos psicológicos e sociais.

Assim, Geertz (2008) atribui conceituação mais restrita em relação à cultura. Para o autor, a cultura atribui propósito e controle à vida humana em sociedade e seus sujeitos. Desta forma, trata-se de uma conceituação essencialmente semiótica sobre cultura, extremamente ímpar para a evolução, sobrevivência e significação do homem. Em suma, o conceito de cultura para Geertz (2008) é expresso como estruturas comportamentais que atribuem significado e sentido aos seres que vivenciam determinada realidade.

De qualquer forma, o conceito de cultura ao qual eu me ateno não possui referentes múltiplos nem qualquer ambigüidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 2008, p. 66).

Assim como Geertz, Bauman (2012) também atribui perspectiva de diferenciação humana em sentido de grupos comportamentais, discutindo o conceito de cultura sob uma perspectiva sociológica e menos restritiva. Ambas as percepções discorrem sobre cultura ligada ao comportamento humano e suas formas de controle; porém, Bauman (2012)



transcende tal perspectiva ao apontar sempre às dualidades e paradoxos que envolvem o conceito de cultura em âmbitos teóricos, práticos e sociais.

Para a perspectiva defendida pelo sociólogo Bauman (2012), as dualidades presentes nas tentativas de conceituação de cultura se tornam ainda mais marcantes quando consideradas dentro do espectro da existência humana, bem como com sua dinamicidade e subjetividade intrínsecas. Para o autor, o conceito dualista de cultura que, ao mesmo tempo que possui ideia de conservação representa possibilidade de criação, está ancorado em três principais pontos que coexistem: cultura como fator hierárquico, cultura como diferencial e como genérico. Desse modo, Bauman (2012) defende cultura como conceito, estrutura e práxis; criticando, também aspectos das práticas sociais nas quais são manifestas seu conceito e suas características.

Em uma discussão teórica ancorada em autores históricos da sociologia e filosofia (como Sócrates, Platão, Edward Myers, dentre outros), Bauman (2012) expõe o fato de o aspecto hierárquico de cultura representar ponto problemático para a práxis humana. O fator hierárquico, muitas vezes, é tido e praticado como padrões de aceitação ou rejeição de acordo com parâmetros por meio dos quais se consideram pessoas cultas ou incultas – o que pode ser observado na materialização do preconceito, quando sujeitos que não correspondem aos padrões e expectativas de certo grupo social são categorizados. À vista disso, é enfatizado repetidas vezes a principal função das instituições educacionais como transmissoras da cultura, as quais contribuem para o processo de aprovação ou reprovação dos indivíduos em relação ao seu nível cultural e a correspondência à padrões.

Do ponto de vista hierárquico, a cultura pode ser adquirida, herdada ou transformada. Dessa forma, o homem constitui-se como sujeito e objeto da cultura. Entre o descrever e o avaliar presente nesse aspecto do fenômeno cultural, Bauman (2012) explicita que, nesta perspectiva, é traçada a ideia de natureza ideal do homem, trazendo cultura como um consciente esforço para alcançar esse ideal. É nesse sentido que podemos perceber a emersão do movimento de transformações e constituições culturais, pautadas no descontentamento de tentativas de padronizações descabidas e desconsideração da diversidade humana.



Em relação à segunda perspectiva, Bauman (2012) expõe o ponto de vista da cultura como diferencial. Neste, a cultura constitui formas de distinguir sociedades e pessoas, expondo a complexidade desse processo no fato da impossibilidade de tipificação total, outro pressuposto explorado na tentativa de conceituação cultural. Nesse segmento, o conceito de cultura ancora-se na tentativa de explicar a diferenciação entre sociedades, comunidades e pessoas; mas deixa explícito o fato de que considerar as diferenças culturais somente como desvio de um determinado padrão é desconsiderar as diferentes formas de existência e suas manifestações nas especificidades particulares constituintes de cada ser. O autor também discorre sobre a finalidade dos processos educacionais nesse processo de formação cultural e diferenciação desde a Antiguidade Grega, trazendo à tona a necessidade de reflexão acerca da finalidade da educação perante utopia de uniformidade cultural, de comunidade e unidade social – em vez de considerar a pluralidade humana e de construção de sociedade.

Bauman (2012) discorre sobre as dualidades resultantes de um processo paradoxal de reação e recuo quando é indagada a constituição cultural das sociedades ao longo da história. Sob tal acepção, o conceito diferencial de cultura compõe importante aspecto na constituição do mundo moderno e suas articulações com a construção de identidades. Cultura, então, é um sistema de características que distinguem comunidades e sujeitos.

Subsequente aos pontos hierárquico e diferencial, Bauman (2012) evidencia que enquanto tais aspectos preocupam-se e abrangem a multiplicidade em oposições entre modos de vida das sociedades e grupos humanos, o conceito genérico de cultura ancora-se na dicotomia homem e mundo natural, na questão filosófica de distinção entre *actus hominis* e *actus humani*, o que acontece com o sujeito e o que o sujeito faz (BAUMAN, 2012). Desse modo, há, também, no conceito cultural a preocupação de delineamento daquilo que une a espécie humana e a diferencia de outras formas existentes. Em face a isso, “o conceito genérico de cultura tem a ver com as fronteiras do homem e do humano” (BAUMAN, 2012, p. 92), ou seja, além de apontar as diferenças de formas de existência entre os homens, o conceito de cultura precisa se apoiar naquilo que a caracteriza como único à toda humanidade em toda sua constituição plural.



Nesse sentido, o conceito desse fenômeno perpassa por formação totalmente humana, em suas constituições qualitativas, de habilidade e análise da mente as quais resultam na capacidade de ser intencional, criativo, ativo e simbólico. Assim, o aspecto genérico do conceito de cultura ancora-se naquilo que é pressuposto para a sobrevivência de todo um sistema social, com suas formas de atribuição de significados e a linguagem envolvida nesse processo, pois uma das qualidades psicossociais humanas ímpares para a formação identitária e cultural dos sujeitos e comunidades se refere à capacidade simbólica de pensamento permeadas pela linguagem (BAUMAN, 2012).

Nesse ensejo, a cultura pré e socialmente construída aponta para um processo de estruturação ambíguo ao ser humano e suas formas de existência; neste são expostos os princípios basilares que dão continuidade às vivências de grupos e indivíduos, mas também demonstram a possibilidade de criação e liberdade que acabam aprisionando-os no paradoxo da criação e conservação. A exteriorização de realidades aponta, também, à exteriorização de condições e necessidades. Desse modo, Bauman (2012) atribui grande relevância ao fenômeno da linguagem em relação ao fenômeno cultural, sua constituição conceitual e manifestações nas estruturas sociais. Segundo o autor, a capacidade de reprodução e produção simbólicas de estruturas novas lança sobre a linguagem um potencial cultural no sentido de ancorar a generalidade conceitual do fenômeno.

A partir das constatações do autor, é possível observar a capacidade geradora de estruturas do homem o qual orienta-se por elas e para elas. Assim, pautado na ótica genérica, podemos abstrair uma tentativa de superação do dilema filosófico entre corpo, mente e sociedade ao pensarmos no processo de constituição e estruturação desses fenômenos humanos produzidos e objetificados por ele – a práxis humana, de ser e estar no mundo exteriorizado. Bauman (2012) aponta como resultado dessa reflexão que o conceito de cultura se ancora no contínuo esforço de superação da dicotomia e dualidade basilares da existência humana, as quais sustentam, condicionam, superam e recriam o mundo, as estruturas e a realidade no mundo que são e estão.



Sobre esse aspecto, Bauman (2012) nos auxilia à reflexão sobre cultura como fenômeno estruturalista. Sob essa ótica, podemos interligar as perspectivas evidenciadas pelo teórico ao compreendermos que toda ação humana é desenvolvida em contextos de estruturas sociais, nas quais os sentidos a ela atribuídos são apreciados ou depreciados de acordo com estruturas socioculturais. Tais estruturas são tidas como redes codependentes nas quais a organicidade da vida em sociedade se desenrola; assim, tais redes e complexos de contextos trazem luz à ordem social, além de afetarem – não como parâmetro rígido, fechado, mas como contribuinte – a probabilidade de fenômenos serem concretizados na realidade social de determinado contexto.

Nesse âmbito estrutural, Bauman (2012, p. 161) destaca que a comunicação possui sentido amplo “que representa a esmagadora maioria dos fenômenos culturais”. Estrutura, então, se refere ao processo de ordem social, perpassada pelo fenômeno da comunicação nas relações entre partes e todo desse sistema repleto de fenômenos interdependentes.

O autor alerta sobre o fato de que o fenômeno da cultura humana representa sistema de significação, que é constituído, instituído e fundamentado em base estrutural, e vice-versa. Assim, para compreendermos o sentido da cultura é necessário que estejamos atentos ao fato dessa significação ser possível frente à análise de um todo social sistemático; analisá-la de maneira isolada pode limitar aspectos fundamentais relevantes para entendermos a completude que é o fenômeno da cultura, tanto em perspectiva de unidade, coletividade quanto de individualidade humanas.

Perante o contínuo e infindável processo de desenvolvimento humano e social, os aspectos de ordem e desordem presentes no conceito de cultura demonstram âmbitos singularmente humanos, os de entender e modificar a realidade em prol de atribuição de sentido à vida, à liberdade e à objetivos coletivos e/ou individuais. Dessa forma, analisar cultura tendo em vista sua dualidade conceitual entre conservar e criar, ordenar e desordenar, atribuir liberdade e limitar, representa ao ser humano constante estado de transformação, pois

A cultura é um esforço perpétuo para superar e remover essa dicotomia. Criatividade e dependência são dois aspectos indispensáveis da existência humana, não apenas



condicionando-se, mas sustentando-se mutuamente; não se pode transcendê-los de forma conclusiva – eles só superam sua própria antinomia recriando-a e reconstruindo o ambiente do qual ela foi gerada. A agonia da cultura, portanto, está fadada a uma eterna continuidade; no mesmo sentido, o homem, uma vez dotado da capacidade de cultura, está fadado a explorar, a sentir-se insatisfeito com seu mundo, a destruir e a criar (BAUMAN, 2012, p. 110).

À vista disso, a cultura materializa e manifesta formas de existência singularmente humanas, na qual não apenas há adaptação, mas criação de modos para saída do estado de necessidade à liberdade. Assim, a cultura em sua representação histórica e sociológica é conceituada a partir da práxis intelectual e de crítica da realidade social; ela é especificamente humana, pois só o homem desafia a sua realidade, a transforma e reivindica sua ressignificação e superação de dualidades (BAUMAN, 2012).

Sob a perspectiva histórica, Certeau (1995) contribuiu com o processo de conceituação de cultura. O historiador, em situação de transformações marcantes na Europa, percorreu em uma série de artigos sobre a cultura que foram compilados em sua representação no contexto de relações de poder, políticas, de educação, da universidade, da escola, sociedade e apontamentos sobre a língua nesse processo. Certeau (1995) discorre sobre comportamentos sociais e seus reflexos na construção de realidades perante aspectos culturais de determinada civilização.

A obra de Certeau (1995) compõe um marco na trajetória conceitual de cultura, pois rompe com a singularidade cultural em detrimento à sua conceituação e constituição plural. Historicamente, assim como o ser humano se transformou, a construção e relação com a cultura também mudou; ela não representa mais reserva de um grupo social, definida e estável. A cultura, no plural, se refere a diferentes modos de compreensão da realidade que vem sendo colocada em xeque quando a subordinação imposta por relações de poder vela as especificidades socioculturais e minoriza pessoas que encontram significância e representatividade em outras formas de existência além da considerada “hegemônica”.

Nesse sentido, a cultura pode representar tanto soluções quanto acirramento das problemáticas que emergem de estruturas sociais, sendo sua legitimidade e caráter pragmático



ancorados na significatividade atribuída pelos sujeitos nela envolvidos. A cultura no plural aponta à superação de condições impostas e possibilita a criação de liberdade própria e coletiva, criação de espaços de movimentação além do físico, de movimento de pensamento.

Para haver cultura, além de ser partícipe da construção e consolidação das práticas sociais, é preciso que elas tenham significação àqueles que o fazem e marcam sua vivência e pensamento. Sob esse entendimento, cultura pode ser considerada como um intercâmbio de transformações pessoais e sociais, é uma “proliferação de invenções em espaços circunscritos” (CERTEAU, 1995, p. 19).

De acordo com Certeau (1995), uma sociedade é resultado de respostas que indivíduos dão à sua dupla relação com um fato e com os outros. A criação da cultura perpassa por esse processo na mesma medida em que, sob perspectiva fenomenológica e praxiológica, possui contextualização fundamentada nas relações de poder e nos movimentos culturais delas resultantes. A busca pelo conceito de cultura transversaliza a discussão sobre o caráter político, de manifestações culturais e linguísticas, as quais apontam para um dos principais problemas da constituição da sociedade moderna que é: a produtividade e mercantilização das coisas, pessoas e suas relações.

Nessa conjuntura, Certeau (1995) distingue seis definições que o conceito de cultura abrange, ancorado em uma discussão contextual de relações interpessoais e de sociedade, entre seres, grupos, minorias e majorias contestando formas de civilização. Tais definições podem ser empregadas como i) a caracterização do homem culto, ii) a difusão de obras e suas criações, iii) ideias, imagens, percepções e compreensões do meio, iv) o conjunto ideológico referenciais de comportamentos, instituições e diferenciação entre sociedades, v) a criação dialética, que se diferencia da ideia inatista, e, vi) um sistema comunicacional que aponta ao sistema de significatividade. Diante desses aspectos, a relevância de problemáticas culturais se insere em um amplo contexto de sociedades construídas mediante a criação e satisfação de necessidades advindas de perspectivas singulares, em vez de plurais. Diante das formas de emprego do conceito de cultura e suas resultantes sociais, Certeau (1995, p. 192) aponta que



Mais do que um conjunto de “valores” que devem ser defendidos ou ideias que devem ser promovidas, a cultura tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social. Por esse motivo, impõe-se uma operação preliminar que vise a determinar, no fluxo fecundo da cultura: um funcionamento social, uma topografia de questões ou tópicos, um campo de possibilidades estratégicas e das implicações políticas.

Nessa perspectiva, é o caráter político da cultura que ancora seu processo de afirmação. O processo de massificação da sociedade moderna tem representado ameaça à pluralidade defendida por Certeau (1995) justamente por ser possível observar um processo de consumismo, representações e espetacularização da realidade que resultam em um desenvolvimento utópico de cultura neutra e sociedade passiva.

Nesse sentido, movimentos de pessoas e grupos minorizados podem ganhar legitimidade, forma e força mediante o aspecto político que constitui a cultura, por ser ela a forma mais imediata de manifestação ao caminhar, concomitantemente, rumo à consistência político-cultural; ou seja, é um processo de consolidação que perpassa pelo aspecto cultural e também o forma e transforma (CERTEAU, 1995). Face ao exposto, a formação histórica da sociedade está vinculada a formas de cultura nas quais a constante contestação e análise da civilização engendrada resultam na emergência de novos modelos e estruturas de significação. Toda forma de sociedade contextualizada em situações históricas, modos de pensamento e noção de humanidade constituem, então, sistemas culturais.

O que sustenta as transformações sociais são, justamente, as representações culturais atribuídas pelos que a reivindicam. Sendo assim, podemos abstrair o conceito de cultura em todo esse processo de descontentamento e desenvolvimento social como sendo o flexível e o rígido. Não apenas no que se refere à adaptação, mas de desafios e possibilidades de ser e manifestar-se nas diferentes nuances da vida pessoal, identitária e em sociedade de um sujeito. Em consonância com Bauman (2012), para Certeau (1995) o conceito de cultura pauta-se na dualidade entre aquilo que permanece e a possibilidade de criação, entre a questão de identificação também relativa a uma coletividade.



A cultura com suas ações e manifestações deve, então, ser encarada como movimento – social, de confronto, de emersão, de identificação –, mas, sobretudo, como um movimento do pensamento que evidencia a diferença que nos torna seres singulares e coletivos, que destaca e confronta processos pré-moldados que levam à passividade crítica e reprodução de desigualdades e injustiças na negação do direito de ser perante representações irreais da realidade.

Certeau (1995, p. 239) elucida que “a cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas nas práticas –, mas pirilampos, e por vezes grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um outro dia”. Em suas considerações, o autor evidencia que essa noite é o próprio ser humano e o desenvolvimento de sua humanidade perante as resistências cotidianas de cunho sociológico, socioeconômico, político, ideológico e, conseqüentemente, educacionais.

Terry Eagleton (2011), assim como Certeau (1995), apresenta considerações sobre o caráter político relativo à cultura, mas sob uma perspectiva de análise literária do significado do termo e sua conseqüente conceituação. Do romantismo conceitual ao alcance de significado científico, Eagleton (2011) traça um percurso histórico na tentativa de apontar as versões conceituais de cultura já delineadas perante constante processo de dualidades, paradoxos, divergências e pontos de convergências dentre tais versões. O autor apresenta uma linha de construção sobre cultura que leva em consideração, além de outros pontos históricos, a visão de mundo através de estruturas sociais afetadas por aspectos econômicos, de trabalho, de poder e suas relações com o homem e o humano.

Eagleton (2011) enfatiza que cultura é uma das palavras mais complexas quanto à sua definição, pois lança mão de diversos fenômenos que estão em constante transformação. Segundo o autor, uma das primeiras definições que o termo cultura alcança está relacionada à vertente agrícola da atividade humana voltada à natureza, diretamente relacionada ao cultivo e à agricultura. Porém, a ideia do termo não está restrita a esse sentido. O conceito de cultura também aponta a uma abstração em si mesma, à constituição de uma entidade que vai além do



moral e do intelectual; e, os desdobramentos semânticos do termo caminham concomitantes à mudança histórica do próprio ser humano, de sua humanidade e ideia de existência.

Levando em consideração as interlocuções entre os inúmeros prismas da vida humana e suas estruturas, a cultura perpassa por pontos duais que advém de sua fundamentação histórica perante o divino e o que o transcende. A Modernidade está marcada, então, por uma concepção de cultura que converge dois polos, negativos e positivos, de ação e reação, de conhecimento ou arma ideológica, como crítica ideal ou impulso social real. Assim, por conter heranças de transformações históricas, o conceito de cultura implica fundamentação filosófica que coloca em evidência a discussão de questões e fenômenos como liberdade e determinismo, dado, criado, transformações e identidade.

À vista disso, o termo cultura aponta à constante construção e desconstrução. Seu conceito envolve interação entre o que é livre e o que é regulado, compreendendo tensões entre necessidade e liberdade, o consciente e o inconsciente caracterizando cultura como um processo de autossuperação e autorrealização do eu e do mundo natural e social, que realça os paradoxos da existência humana pautada na ideia de diferença que constitui tal processo. Nesse sentido,

A ideia de cultura, então, significa uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado, e da autonomia do espírito, por outro. É uma rejeição tanto do naturalismo como do idealismo, insistindo, contra o primeiro, que existe algo na natureza que a excede e a anula, e, contra o idealismo, que mesmo o mais nobre agir humano tem suas raízes humildes em nossa biologia e no ambiente natural (EAGLETON, 2011, p. 14).

Ante o exposto, cultura pode ser encarada como pedagogia ética de preparação para a cidadania ao liberar representação individual e coletiva (EAGLETON, 2011). Porém, antes da ideia de atribuição política e de formação cidadã de cultura, é necessário tomar para si a humanidade. Antes de sermos seres políticos e cidadãos, precisamos ser humanos em todos os aspectos referentes à humanização. À vista disso, Eagleton (2011) chama a atenção ao perigo de inverter tais interesses; quando o político sobressai ao humano e governa a cultura há a



definição de percepções particulares de humanidade que entram em conflito com a unidade humana pautada na diversidade.

É importante salientar o fato da necessidade de constante crítica histórica que perpassa o fazer humano e cultural. Desse modo, cultura deve constituir-se como uma crítica efetiva à realidade social e individual, constituindo uma variedade de formas específicas que diferenciam modos de ser e agir. A cultura como diferenciação, para Eagleton (2011), não é constituída de uma civilidade discriminante, mas sim como formas de vida – perspectiva em comum com Bauman (2012).

Diante disso, o sentido da cultura até a atualidade demonstra um movimento que carece de definição não mais sob parâmetros de comparação, hierarquização e avaliação, mas sim de descrição. Nesse sentido, ao considerarmos o aspecto humano da cultura antes de qualquer outro – como, por exemplo, o socioeconômico – estamos corroborando com o fato de que ela possui valor e significado em si sem que haja elevação ou inferiorização de formas de ser com todas as suas manifestações culturais em detrimento a outras. Sobre esse aspecto, Eagleton (2011) destaca o fato de minorias ainda serem “censuradas” em relação aos interesses de uma determinada maioria.

Sob a égide do fato da diversidade cultural e das formas de existência, Eagleton (2011) aponta que é possível perceber a heterogeneidade da humanidade em seus próprios modos de manifestação. Assim, as ideias de identidade social, de autoidentidade e pluralismo cultural estão intrinsecamente correlacionadas e constituem fenômenos interdependentes ao se tratar de constituição humana. De acordo com o autor, pluralismo e autoidentidade são fenômenos que se encontram ironicamente cruzados, pois ao invés de diluir identidades diferentes há a multiplicação delas.

Nesse sentido, o conceito de cultura perpassa ao fato de nenhuma ação humana estar livre de qualquer tipo de interesses. A cultura, então, não se refere à manifestação de qualquer parcialidade social em específico, mas deve ser encarada como “capacidade ativadora” (EAGLETON, 2011, p. 33) que é fonte criativa de qualquer ação. Eagleton (2011) aponta três aspectos do conceito de cultura que são resultantes do fracasso da cultura como civilidade e



reação ao autodesenvolvimento do ser humano: cultura no sentido das artes, da civilidade e no sentido de vida social. Conforme o autor, esse último aspecto é um todo de relações entre as anteriores que resulta em mudanças em âmbitos da vida político-social. Assim, a cultura une o que é real e o que almejado, ou seja, lança mão de fatos e valores em sua edificação e conceituação.

Dessa maneira, a interação entre consciente e inconsciente humano aponta à constituição das ações humanas ao longo da história; pré e pós-modernidade possuem o aspecto cultural como dominante da vida social em comum, demandando – até certo ponto – uma ordem simbólica que submete relações econômicas, estruturais, políticas, linguísticas, entre outras. Para Eagleton (2011), o que mais diferencia a cultura a partir da Modernidade é a mercantilização da vida social, a espetacularização política e da realidade – como apontado por Certeau (1995) – e o consumismo de modos de vida que extrapolam o fazer humano. Assim, diferença, criação, imaginação e identidade cultural foram ressignificados para termos de referência quando indagamos a possibilidade e o desafio de emancipação. Sobre essa perspectiva

Nossa própria noção de cultura baseia-se, assim, em uma alienação peculiarmente moderna do social em relação ao econômico, o que significa em relação à vida material. (...) A cultura é, assim, sintomática de uma divisão que ela se oferece para superar. Como observou o cético a respeito da psicanálise, é ela própria a doença para a qual se propõe uma cura (EAGLETON, 2011, p. 49-50).

Em suas considerações, Eagleton (2011) lança mão do fato de estarmos vivendo constantes situações de crise, sendo a cultura também inserida, parte, meio e resultante delas. Por isso o autor faz uma analogia ao ser – doença e cura – considerando que a cultura seja construída por seres que por ela são afetados, em um processo cíclico de correlações e transformações. Encararmos a representação dos aspectos culturais da humanidade em toda sua amplitude e prisma restritivo requer compreensão que sua conceituação perpassa por um todo complexo em que há constante negociação de modos adequados de existência e ação de acordo com determinados contextos. Sendo assim, conceituar e vivenciar cultura representa



um “campo de batalha feroz” (EAGLETON, 2011, p. 64) no qual as contradições entre um papel de conciliação e confronto coloca em xeque seu sentido e reflexos na vida em sociedade.

Ao abordarmos a cultura como constituinte humana e de identidade, é necessário cuidado para não reproduzir certo conformismo pluralizado. Sobre esse aspecto, Eagleton (2011) destaca que o sentido de cultura como identidade se ancora também em uma concepção antropológica do termo, na qual há – ou deve haver – crítica não apenas a modos de vida, mas a modos de vida dominantes, dando continuidade ao aspecto político da cultura. Então, a crise identitária e cultural constante na vida humana e social encontram-se entre a ideia do universal vazio de sentido e representação e o particularismo negacionista. Neste âmbito, observamos, novamente, vínculo entre cultura e poder, afinal, “se cultura significa a crítica de impérios, também significa a construção deles” (EAGLETON, 2011, p. 69).

Sendo assim, as crises e guerras culturais compõem-se de vertentes da cultura como civilidade, como identidade e como algo comercial, sendo três faces existentes devido ao fracasso e fragmentação na constituição da liberdade humana (EAGLETON, 2011). Não somos seres culturais desde o nascimento, não nos apropriamos dela apenas por significação, mas também por necessidade. Esta é uma afirmação de cunho pesado, pois destituímos a ideia simplista do conceito de cultura como caracterização e diferenciação de seres e comunidades e lhe atribuímos sentido que vai além de determinismos e esbarra naquilo que é necessidade da espécie humana repleta de conflitos, dualidades e relações de poder. Cultura, nessa perspectiva, se refere à constituição da própria identidade cultural e do sentido de humanidade.

O conceito de cultura assume, então, nova e importante significação entre política, identidade, organização social e econômica que refletem diretamente nas relações educacionais e sua estruturação. Nesse sentido,

A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último [...] (EAGLETON, 2011, p. 184).



Diante do exposto, ancorado em autores da antropologia, sociologia, história e literatura, podemos compreender que o conceito de cultura na modernidade fundamenta-se em uma diversidade de fragmentos teóricos que se confrontam, divergem e convergem em certos pontos. Esse conceito evidencia um desafio perante o inegável aspecto de dualidades que a existência humana representa e reflete em toda a vida em sociedade e os fenômenos nela diretamente imbricados como as manifestações, processos culturais e a apropriação de humanidade pelos seres humanos.

Assim como o ser humano subjetivo e dinâmico, suas construções sociais concomitantes ao fazer-se ser e o pensamento de Heráclito, a infindável formação, transformação e conceituação de cultura constitui fenômeno infindável, de eterno devir. Sendo assim, um dos maiores desafios da cultura está justamente na possibilidade e desafio de saída desse âmbar de representações, de padronizações irreais e confrontar a realidade de inúmeras pessoas e grupos constantemente minorizadas e marginalizadas em relação à um todo complexo de relações espetacularizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos uma discussão sobre o conceito de cultura nas áreas da antropologia, sociologia e literatura. Realizamos um estudo conceitual evidenciando o que é cultura e suas relações em âmbitos gerais para atingirmos aspectos que também transversalizam o fenômeno da educação. Assim, foi possível compreender que a reflexão conceitual sobre educação, cultura e constituição humana compõe questionamentos que tocam o cerne de nossas ações e a representatividade delas na construção de realidades. Encarar cultura e educação como fenômenos fundantes dessa existência essencial e atitudinal aponta à necessidade de investigação da relação entre esses conceitos com a formação da identidade de sujeitos transpassados por esses fenômenos como processos de constituição.

Perante o anteposto e à questão norteadora deste estudo, destacamos que o respeito à questão cultural possibilita a edificação da inclusão por proporcionar processos de



reconhecimento, de identificação, de dialogia entre concepções de mundo que colaboram para a construção de perspectivas além do constante estado de oposição – aspectos que também são refletidos no âmbito da educação. Dessa forma, a compreensão conceitual estudada possibilita reconhecer o ser, as formas de representações e os fenômenos inter-relacionados à cultura como possibilidade de desenvolvimento, de viabilizar mudanças e evoluções sociais em perspectiva de melhorias de vida, de oportunidades que sanem necessidades educacionais, socioeconômicas e, sobretudo, de compreensão sobre si mesmo e de sua identidade social.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução: Enid Abreu Dobránszky. 4. reim. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13. reim. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. 12. reim. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.



RTE REVISTA
TEMAS EM
EDUCAÇÃO

ISSN
VERSÃO IMPRESSA: 0104-2777
VERSÃO ONLINE: 2359-7003



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.67417

Isadora C. Vieira de Moraes, Marlene B. de F. Reis
**Conceitos de cultura e suas abordagens: o desafio
da existência humana**

SOBRE A AUTORIA:

[*] Mestranda - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEG/Inhumas) – ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-9291-8972> - e-mail: isacris2507@gmail.com

[**] Pós-doutora em Gestão da Informação e Conhecimento pela Universidade do Porto, Portugal -
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEG/Inhumas) – ORCID:
<http://orcid.org/0000-0002-2213-7281> - e-mail: marlenebfreis@gmail.com

Submetido em: 25 de julho de 2023.

Aprovado em: Maio de 2024.

Publicado em: Maio de 2024.